

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 642293 - RS
(2015/0003796-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORE : LUIS CARLOS KOTHE HAGEMANN - RS049394
S
DEA MARA RIBEIRO LIMA E OUTRO(S) - RS021287
MARIA PATRÍCIA MÖLLMANN - RS054253
AGRAVADO : MARIA TEODOSIA ESPERANZA BARRETO
CAMARRA COELHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M
AGRAVADO : ENIO TEIXEIRA COELHO
AGRAVADO : OCTAVIO DINOEL GOMES
AGRAVADO : ILMA SANTOS GOMES
AGRAVADO : IVARA MARILU SCHUH LOPES
ADVOGADOS : ORFELINO MOHR - RS004781
MÁRCIA MOHR WUTKE - RS018495
INTERES. : PEDRO ANTÔNIO BERTOLETTI
INTERES. : MARIA CECCATO BERTOLETTI
INTERES. : PEDRO MACCARI
INTERES. : LEDA LUCIA ARMANI MACCARI
ADVOGADOS : LUCINDO SEVERINO BERTOLETTI - RS012668
GABRIELE RODRIGUES DE OLIVEIRA - RS083219

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INÉRCIA POR PRAZO SUPERIOR AO DO EXERCÍCIO DA PRETENSÃO MATERIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CONTRADITÓRIO ASSEGURADO. DECISÃO MANTIDA.

1. No julgamento do REsp n. 1.604.412/SC (IAC n. 1, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 22/8/2018), a SEGUNDA SEÇÃO do STJ firmou a tese de que o contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, o qual deve zelar por sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo da extinção de seu direito.

2. No presente caso, não se faz necessário anulação do acórdão para exercício do contraditório, pois o recorrente teve ampla oportunidade para expor seus argumentos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira
Relator

